



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE ESTUDOS COSTEIROS
FACULDADE DE ENGENHARIA DE PESCA

VALÉRIA SOUSA BORGES SOARES

**SAÚDE E SEGURANÇA DOS PESCADORES DO MUNICÍPIO
DE VIGIA, NORDESTE DO PARÁ**

BRAGANÇA

2025



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE ESTUDOS COSTEIROS
FACULDADE DE ENGENHARIA DE PESCA

VALÉRIA SOUSA BORGES SOARES

SAÚDE E SEGURANÇA DOS PESCADORES DO MUNICÍPIO DE
VIGIA, NORDESTE DO PARÁ

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Faculdade de Engenharia de Pesca, da Universidade Federal do Pará, Instituto de Estudos Costeiros, como requisito parcial para a obtenção do Grau em Bacharel em Engenharia de Pesca.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Carlos A. F. Holanda.

UFPA - Campus de Bragança

BRAGANÇA

2025

VALÉRIA SOUSA BORGES SOARES

SAÚDE E SEGURANÇA DOS PESCADORES DO
MUNICÍPIO DE VIGIA, NORDESTE DO PARÁ

Trabalho julgado para a obtenção do grau de Engenheira de Pesca do Curso de Engenharia de Pesca da Universidade Federal do Pará, Campus de Bragança.

DATA DE AVALIAÇÃO:

CONCEITO:

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Francisco Carlos Alberto Fonteles Holanda
FEPESCA/IECOS/UFPA - Orientador

Prof. Dr. Aldemir Branco de Oliveira Filho
FACIN/IECOS/UFPA – Membro Titular

Prof. Dr. Carlos Alberto Martins Cordeiro
FEPESCA/IECOS/UFPA – Membro Titular

BRAGANÇA

2025

Dedico este trabalho aos meus queridos e amados pais, Ilton e Rosinere, que são meus pilares e grandes incentivadores na vida, para que eu nunca desista de realizar meus sonhos e objetivos.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, minha eterna gratidão a Deus, pois sem ele, eu não teria chegado até aqui, ele me deu forças, me sustentou, me guiou e me permitiu chegar até este sonhado momento.

Aos meus pais Ilton e Rosinere, que sempre me incentivaram e me apoiaram em todos os momentos e etapas da minha vida, sem eles tudo seria mais difícil.

Ao meu marido Thiago, que sempre foi meu maior incentivador, apoio, motivador, e que quando pensei em desistir, segurou minha mão e não soltou, até hoje.

Aos meus irmãos, João, Vanessa, Viviane e Vivia, por serem meu apoio, segurarem minha mão, motivaram e ajudaram a passar por essa jornada de forma, mas tranquila.

Ao meu orientador Professor Holanda, que me conduziu com paciência, dedicação, cordialidade, sempre disposto e disponível a me auxiliar, confiou em mim e sempre me motivou.

A minha cunhada Jôse, cunhada Sheymysy, tio Antônio e meus sobrinhos, pela rede de apoio e por torcerem por mim.

A Mariele, um presente que a graduação me deu, uma grande amiga, me sempre me ouvi, apoia, motiva, e é meu ponto de apoio em Bragança junto com sua família, quando eu muito precisei. Ingrid, presente que a graduação me deu, por sempre ser uma grande amiga, doce, delicada e por todo seu apoio e motivação ao longo da jornada.

Aos amigos da graduação, Érica, Amarildo, Isaque, Rodrigo e Gabriel, por terem me ajudado em trabalhos, pela amizade no dia a dia, risadas e por toda dificuldade superada, vocês foram muito importantes e marcaram da melhor forma minha graduação.

A todos os pescadores, que participaram deste estudo, me ajudando imensamente, meu enorme agradecimento.

Entrega teu caminho ao Senhor, confia nele e o
mais ele fará.

(Salmo 37:5)

RESUMO

A atividade pesqueira é uma das mais antigas exercidas pelos seres humanos, além de ser uma atividade muito perigosa, o que acaba por ocasionar uma quantidade elevada de acidentes de trabalhos e doenças ocupacionais. Diante desta realidade, este trabalho tem por objetivo identificar os principais acidentes e doenças ocupacionais que os pescadores do município de Vigia, Nordeste do estado, são acometidos, além da disponibilidade de equipamentos de salvatagem e Equipamento de Proteção Individual. As coletas dessas informações ocorreram entre os meses de julho a dezembro de 2024, sendo usados roteiros de entrevista com perguntas semiestruturadas para a coleta dos dados. No total, 50 pescadores do sexo masculino participaram deste estudo, dentre eles artesanais e industriais. A pesca artesanal predomina no município de Vigia. A rede de emalhe é o apetrecho de pesca mais usado pelos pescadores, os quais encontram-se na faixa etária de 30 a 40 anos, possui reduzida escolaridade e mais de 20 anos atuando na profissão. Além disso, a maioria deles (66%) usa pelo menos um equipamento de proteção individual, sendo o chapéu o mais citado. O uso de equipamentos de salvatagem também foi registrado, dentre os quais a boa iluminação das embarcações e a presença de coletes salva-vidas foram os mais citados. No que diz respeito às doenças ocupacionais, 84% dos pescadores afirmaram ter sofrido ou sofrerem de alguma, sendo as mais citadas as dores nos braços, nas mãos e nas costas. Já os resultados de acidentes de trabalho foram confirmados por 72% dos entrevistados, sendo as principais ocorrências ferroadas com pescado e cortes. Importante frisar que o uso e disponibilidade de EPI, sem dúvidas, diminuiriam essas ocorrências.

Palavras - chave: Pescadores; Equipamentos de Proteção Individual; Equipamento de salvatagem; doenças ocupacionais; Acidentes de trabalho.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
1.1 CARACTERÍSTICAS DA PESCA	10
1.1.1 Principais riscos à saúde e à segurança na atividade da pesca	11
1.1.2 A pesca no município de Vigia, Estado do Pará.....	12
1.2 JUSTIFICATIVA	13
1.3 OBJETIVOS	14
1.3.1 Objetivo geral	14
1.3.2 Objetivos específicos	14
2. MATERIAL E MÉTODOS	14
2.1 ÁREA DE ESTUDO	14
2.2 COLETA DE DADOS	15
2.2.1 Levantamento das condições de trabalho	16
2.2.2 Investigações das doenças ocupacionais e acidentes de trabalho	17
2.3 ANÁLISE DOS DADOS	17
3. RESULTADOS E DISCUSSÃO	17
3.1 PERFIL E CARACTERIZAÇÃO DOS PESCADORES QUE TRABALHAM EM EMBARCAÇÕES DO MUNICÍPIO DE VIGIA	17
3.2 CONDIÇÕES DE TRABALHO	21
3.2.1 Disponibilização de Equipamentos de salvatagem nas embarcações	22
3.2.2 Uso do Equipamento de Proteção Individual-EPI e disponibilidade dos itens aos pescadores entrevistados.	25
3.3 DOENÇAS OCUPACIONAIS	27
3.4 ACIDENTES DE TRABALHO.....	31
4. LIMITAÇÕES DO ESTUDO.....	34
5. CONCLUSÕES.....	34
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	36
ANEXO 01. Roteiro com as perguntas realizada no município de estudo	40
ANEXO 02. Termo de autorização de uso de imagem e voz.....	42
ANEXO 03. Termo de consentimento livre e esclarecido.....	43

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Localização geográfica do Município de Vigia-PA.....	15
Figura 2. Momento da entrevista. Participantes do estudo (A), Demais participantes sendo entrevistados (B).	16
Figura 3. Porcentagem do grau de escolaridade dos entrevistados.	18
Figura 4. Porcentagem do tempo de trabalho na atividade pesqueira dos entrevistados.	19
Figura 5. Porcentagem por faixa de idade dos pescadores	20
Figura 7-Bote e boias salva vidas na área superior da embarcação.....	24
Figura 8. Coletes nas embarcações. Colete disponível embarcação 1 (A), coletes disponíveis embarcação 2 (B).....	24
Figura 9. Porcentagem dos equipamentos de Proteção individual (EPI), citados pelos pescadores de Vigia.	26
Figura 10. Porcentagem da presença de doenças ocupacionais.....	28
Figura 11. Doenças ocupacionais relatadas pelos entrevistados.	29
Figura 12. Máquina usada para içar a rede do mar. Embarcação 1 (A), embarcação 2 (B).....	30
Figura 13. Porcentagem de confirmação de acidentes com os pescadores.....	31
Figura 14. Quantidade de acidentes relatos pelos pescadores.	33

1. INTRODUÇÃO

1.1 CARACTERÍSTICAS DA PESCA

A pesca é uma das atividades mais antigas desenvolvidas pelos seres humanos no mundo, sendo destinada, essencialmente, para alimentação e comércio (SILVA, 2010). É uma das principais fontes de alimento e renda para grande parte da população, em especial as que residem em pequenos municípios, comunidades e vilas (SANTOS e SANTOS, 2005).

De acordo com a Lei 11.959, a pesca é toda operação de extrair, capturar, colher ou apanhar recursos pesqueiros, sendo eles peixes, crustáceos, moluscos, anfíbios, répteis, equinodermos, vegetais e demais animais aquáticos que podem ser usados na alimentação na humana (BRASIL, 2009; BRASIL, 2017).

A pesca é definida em comercial e não comercial. Na primeira, podemos considerar a pesca artesanal e a pesca industrial. A pesca artesanal é exercida por pescador profissional que trabalha em regime de economia familiar ou de forma autônoma, exercendo atividade por meio de contrato de parceria, usa embarcações de pequeno porte ou embarcações próprias. A pesca industrial é realizada por pessoas jurídicas ou físicas, contando com pescadores de carteira assinada ou em regime de cotas-partes, fazem o uso de embarcações de pequeno, médio e grande porte. Enquanto na pesca não comercial contempla a científica que tem a finalidade de pesquisas, a amadora tendo por finalidade o lazer e de subsistência realizada sem fins lucrativos e para fins de consumo (BRASIL, 2009).

De acordo com os trabalhos de Barthem *et al.* (2004) e outros autores, a pesca de subsistência é exercida por pescadores e pescadoras de localidades ribeirinhas e tem por objetivo a alimentação própria e de sua família. Quando a produção é numerosa, parte é comercializada nos portos dentro das comunidades, vilas ou para atravessadores. A atividade é realizada por milhares de pessoas e tem a produção não calculada, sendo exercida por pessoas com idades variadas e de todos os gêneros.

No Pará, a pesca é uma atividade de extrema importância tanto por seu grande volume de produção, como por sua geração de empregos e renda. De acordo com dados no Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA, o estado do Pará possui 231.914 pescadores (as) com Registro Geral de Atividade Pesqueira (RGP) no total, os quais são divididos em 231.830 pescadores artesanais e 84 pescadores industriais. No município de Vigia, há 406 pescadores do gênero masculino com RGP, divididos em 388 pescadores artesanais e 18 pescadores indústrias (BRASIL, 2023).

Dentre os muitos desafios enfrentados pela pesca, a questão da saúde e segurança é um deles. O tema é relevante, pois é uma atividade que gera poder econômico significativo, principalmente aos proprietários das embarcações. No entanto, observa-se que a falta de investimentos para melhorias das embarcações, acaba sendo um fator que contribui para as ocorrências de acidentes e doenças ocupacionais que podem causar graves consequências para a vida dos pescadores (BRASIL, 2001; FOE; SCHMIDT, 2016).

Pescadores enfrentam diversos perigos e riscos em sua jornada de trabalho, que incluem doenças que advêm da atividade, sejam elas devido às intempéries de riscos físicos enfrentados a bordo como: ventos fortes, chuvas fortes e sol. Além da rotineira presença de riscos ergonômicos, biológicos, químicos e mecânicos, que se fazem presente diariamente na vida do pescador. (PINHEIRO *et al.*, 2020).

1.1.1 Principais riscos à saúde e à segurança na atividade da pesca

Os pescadores exercem uma atividade em que poucos possuem vínculos formais, sendo a maioria sem proteção e garantias trabalhistas. Encontram-se diariamente expostos a adquirir doenças provenientes da atividade, que podem ser ocasionadas por esforços físicos exacerbado e por acidentes, podendo estes serem provocados com ou por apetrechos de pesca, dentro das embarcações, com o pescado, por queda no mar e afogamentos. Além de permanecerem expostos por períodos de instabilidades climáticas e ruídos, tendo ainda a excessividade de horas de trabalho e a execução de atividades noturnas que intensifica os perigos e riscos inerentes a atividade (ROSA e MATOS, 2010).

De acordo com Pena *et al.* (2018), em estudo realizado sobre a saúde das pescadoras artesanais, relata que doenças do trabalho são problemas ocasionados, que surgem devido às condições de trabalho ou ao modo como a trabalho é executado, geralmente ocorrem após longos período de trabalho, onde se encontram expostos a riscos e perigos. Os autores definem, também, que acidentes de trabalho são quaisquer acontecimentos desagradáveis causados pelas condições de trabalho, ou ainda dos riscos e perigos presente no desenvolvimento da atividade.

Cavalcante *et al.* (2022), em trabalho desenvolvido sobre aspectos socioeconômicos, organizacionais e saúde de pescadores artesanais em duas comunidades do Litoral Amazônico Brasileiro, detectaram que referente a saúde, as adversidades que mais acometem os pescadores são as doenças oftalmológicas, como: visão embaçada; lesões oculares com crescimento de pele avermelhada na parte interna dos olhos (pterígio); lesões por esforços repetitivos (LER); inflamações nas articulações, dores nas costas e as doenças de pele (dermatológicas). Sendo as maiores consequenciais provenientes de esforços repetitivos em conjunto com as questões ergonômicas, tendo as más posturas como agravante; enquanto problemas oftalmológicos e as

alterações dermatológicas foram relacionadas a radiação solar que os pescadores são expostos durante a jornada de trabalho.

Em estudo realizado sobre a saúde e os riscos aos pescadores e catadores de caranguejo da Baía de Guanabara, os autores relataram vários fatores que potencializam os riscos de acidentes durante a pescaria, relacionados aos ruídos dos motores das embarcações, acidentes dentro das embarcações, incidentes com o pescado, alterações climáticas, afogamentos e muito esforço físico. Muitas reclamações dos pescadores demonstram o quanto o trabalho é cansativo e relata que muitos dos riscos são motivados pela falta de uso de Equipamentos de Segurança Individual (EPI), falta de legislação para o setor e por muitas intensas horas de atividade (ROSA e MATOS, 2010).

Conforme o trabalho elaborado por Pinheiro *et al.* (2020), a atividade pesqueira é uma profissão árdua e uma das mais perigosas existentes. A pesca tem condições insalubres, ambiente com grandes variáveis climáticas e hostil diariamente, sendo essas adversidades, razões que elevam os riscos de doenças e acidentes, que podem ocasionar acidentes fatais ou colocar esse pescador em condições de incapacidade diante dos problemas adquiridos em razão do ambiente de trabalho.

De acordo com estudo realizado por Rios *et al.* (2011), da Universidade Federal da Bahia, destacaram que os maiores precedentes para doenças ocupacionais da atividade pesqueira podem estar relacionados com: questões comportamentais que inclui o fumo, consumo em excesso de bebidas alcoólicas, uso de drogas, questões relacionados ao ambiente físico do trabalho, como calor, umidade, radiação solar, ventos, ruídos e vibrações, questões sociais relacionadas a uma intensa jornada de trabalho, circunstâncias socioeconômicas desvantajosas e baixa escolaridade.

Apesar de todas as dificuldades que envolve a atividade, como os desgastes mental e físico, os pescadores descrevem e desenvolvem seu trabalho com satisfação e habilidades que são adquiridas com o tempo, criam vínculo de coletividade, amizade e companheirismo uns com os outros (CONCEIÇÃO *et al.*, 2021).

1.1.2 A pesca no município de Vigia, Estado do Pará

O Estado do Pará detém aproximadamente 562 km de costa, estando inseridos 17 municípios litorâneos e 123 comunidades pesqueiras (BRITO *et al.*, 2006). Vigia se destaca no litoral paraense por ser um dos maiores e mais tradicionais porto de desembarque de pescado do estado, recebendo também embarcações de municípios vizinhos. Além disso, oferece um maior suporte em relação ao abastecimento de gelo, combustível, manutenção das embarcações e dos apetrechos de pesca (BRITO *et al.*, 2006).

Vigia de Nazaré é um dos municípios mais antigos do estado do Pará, fundada em 06 de janeiro de 1693, conta com uma população de 50.832 habitantes, de acordo com o último censo realizado pelo IBGE (IBGE, 2022). Localiza-se no nordeste paraense, tem sua sede banhada pelo rio Guajará Mirim, que faz separação com a Ilha de Colares, ao Sul da Baía do Marajó. Tem por municípios vizinhos São Caetano de Odivelas, Colares e Santo do Tauá.

O município tem sua economia voltada para agricultura, comércio e a pesca. A atividade da pesca de Vigia é representada pela colônia dos pescadores Z-03, conta com 14 comunidades pesqueiras e 8 associações de pescadores (MOURÃO *et al.*, 2007).

De acordo com estudo realizado a respeito da organização social e aspectos técnicos da atividade pesqueira no município de Vigia – PA, por Mourão *et al.*, (2007), no município, a frota de barco de pequeno porte representa 49,7% da porcentagem de 684 barcos que foram amostrados, sendo os apetrechos de pesca mais utilizados a rede, apresentado 91,52% de sua totalidade, e a rede de emalhar é o apetrecho predominantemente usado na atividade pesqueira do município.

1.2 JUSTIFICATIVA

A pesca é de grande importância para o estado do Pará e, devido à sua relevância, é necessária a realização de estudos que proporcionem maior visibilidade para os pescadores e conscientização aos órgãos públicos, no tocante às necessidades da área. É notório que a atividade pesqueira é das mais perigosas do mundo, mas; que por outro âmbito é uma das maiores geradoras de oportunidades de empregos formais e informais, sendo eles dentro e fora das embarcações, e proporcionam relevante desenvolvimento econômico, para o estado e para os municípios que são grandes polos desembarcadores, como Vigia, cidade sede deste estudo, e que possui relevância no setor pesqueiro.

A justificativa do trabalho, veio de inquietações e observações feitas no cotidiano, diante de observações de negligências, como a falta de investimento nas embarcações para proporcionar um ambiente mais seguro aos pescadores; sendo a pescaria realizada sob condições precárias, principalmente em questões relacionadas a saúde e segurança dos trabalhadores. A atividade proporciona um local insalubre para os pescadores, apresentando péssimas condições de trabalho que resultam em maiores possibilidades de ocorrências de doenças ocupacionais e acidentes a bordo; e diante de tantas situações de riscos e perigos, fazem-se necessários mais estudos e conhecimentos na área, que possam somar, para ocorrerem maiores investimentos, fiscalização e ações que contribuam e proporcionem uma maior qualidade de vida e saúde no trabalho para todos os pescadores.

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo geral

Este estudo investigou os principais riscos de acidente e doenças ocupacionais que os pescadores estão expostos durante o exercício da atividade no município de Vigia e, a partir dos achados, realizar recomendações de medidas de prevenção para eliminar ou reduzir os riscos de acidentes e à saúde desses profissionais.

1.3.2 Objetivos específicos

- Identificar os riscos de acidentes nas embarcações e pontos de desembarque da área de estudo;
- Identificar quais os acidentes mais ocorrem nas embarcações e portos de desembarque da área de estudo;
- Identificar quais as doenças que comumente acometem os pescadores da área de estudo;
- Identificar a condições de trabalho dos pescadores da área de estudo (uso de EPIs e disponibilidade de equipamentos de salvatagem);
- Identificar a condições de infraestrutura das embarcações, como local de descanso, alimentação, higiene;

2. MATERIAL E MÉTODOS

2.1 ÁREA DE ESTUDO

O município de Vigia-PA (Figura 1), que está localizado a uma distância de aproximadamente 70 km em linha reta da capital do estado do Pará, possui as coordenadas geográficas 00° 51' 33"S e 48° 08'28"W, e é considerado um dos municípios mais antigos do Norte.

Vigia faz parte da mesorregião do nordeste paraense e da microrregião do salgado, tem por municípios vizinhos São Caetano de Odivelas, Colares e Santo Antônio do Tauá. O município conta com uma unidade territorial de 401,589 km², uma população de 50.832 habitantes e com densidade demográfica de 126,58 habitantes por quilômetro quadrado, conforme o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE de 2022 (IBGE, 2022).

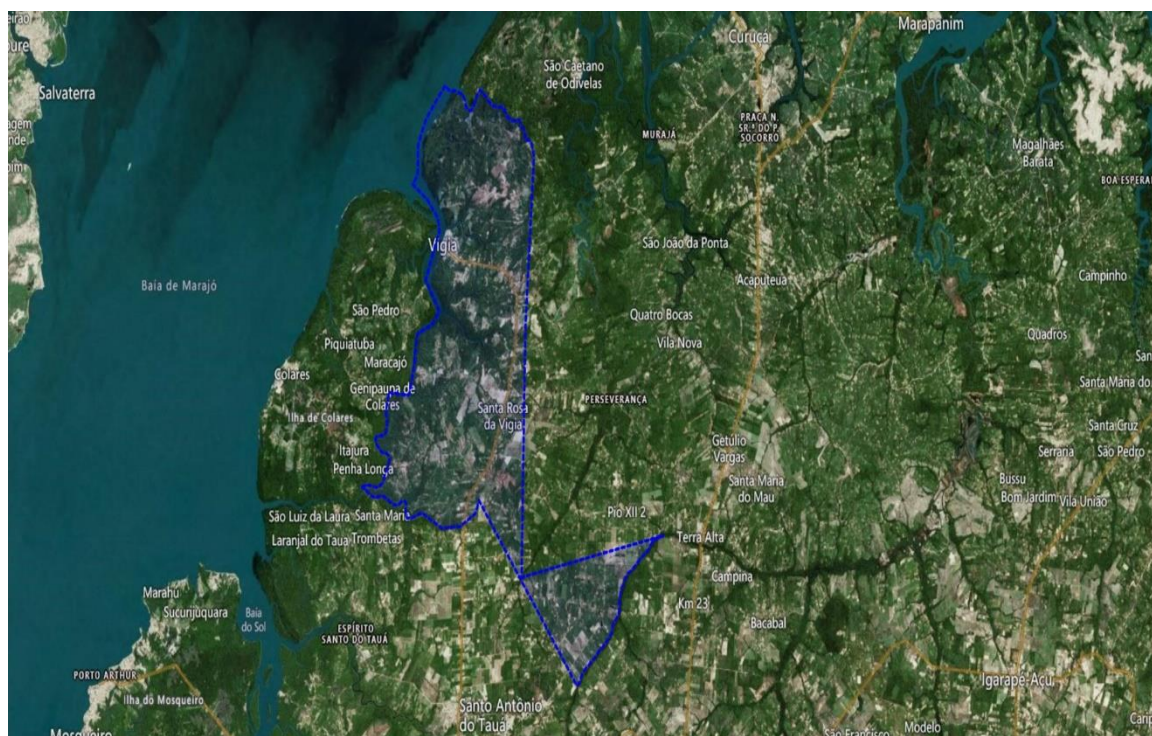


Figura 1. Localização geográfica do Município de Vigia-PA.

Fonte: <https://inde.gov.br/VisualizadorMapas>.

2.2 COLETA DE DADOS

O município de Vigia é reconhecido por sua forte ligação com a pesca, atividade que é uma fonte de renda essencial para seus munícipes e cidades vizinhas. A atividade ajuda a sustentar a economia local, sendo da mesma forma um dos principais ramos geradores de empregos formais e informais dentro e fora do município. Diante de tamanha relevância, vale destacar que Vigia já ocupou o segundo lugar de maior volume de desembarque de pescado do estado (MOURÃO *et al.*, 2007).

Dada a grande importância da pesca, há na atividade presença de diversos riscos aos pescadores, sendo necessário identificar os principais desafios enfrentados, como a falta de infraestrutura e as condições de trabalho precárias, que podem vir causar acidentes e doenças ocupacionais (CONCEIÇÃO *et al.*, 2021).

As informações foram obtidas mediante entrevistas realizadas com pescadores artesanais e industriais, e, de forma complementar, foi realizada pesquisa bibliográfica sobre a temática abordada.

A coleta dos dados foi realizada durante os meses de julho a dezembro de 2024, no município de Vigia. Através da aplicação de questionários com perguntas cujo objetivo era caracterizar os principais acidentes e doenças ocupacionais que mais acometem os pescadores da região. O trabalho foi desenvolvido com prévia autorização e consentimento de todos os

entrevistados (ANEXOS 1 e 2). E ressaltamos a preservação dos nomes de todos os entrevistados, seguindo as diretrizes da resolução nº466 (BRASIL, 2012).



Figura 2. Momento da entrevista. Participantes do estudo (A), Demais participantes sendo entrevistados (B).

Fonte: arquivo pessoal.

O método utilizado para realização deste trabalho foi de uma pesquisa quantitativa, contando com um roteiro de perguntas semiestruturadas. A aplicação dos questionários foi realizada em pequenos grupos, em locais como: dentro das embarcações que trabalham, nos cais e em locais onde costumam fazer reformas nos apetrechos usados na pesca (Figura 2).

Em ambos os locais e em funções distintas que exercem os pescadores, as perguntas foram as mesmas, sendo elas sobre dados básicos do trabalhador, como: idade, escolaridade, associado a colonizado em alguma colônia, e perguntas referentes ao trabalho, como: tempo de profissão, com carteira assinada ou não, gosta do trabalho, o porquê da escolha da profissão e como o dia a dia de trabalho no mar.

2.2.1 Levantamento das condições de trabalho

Para compreender mais sobre as condições em que esses trabalhadores exercem a atividade e qual a realidade dentro das embarcações, no estudo, havia perguntas relacionadas às condições de trabalho de modo geral, que incluíam a utilização e fornecimento do Equipamento de Proteção Individual (EPI's), a disponibilização de Equipamento de salvatagem na embarcação, os apetrechos de pesca que são utilizados, além de local de refeições, descanso e higiene (ANEXO 3).

2.2.2 Investigações das doenças ocupacionais e acidentes de trabalho

Durante as entrevistas, houve a investigação no que diz respeito a doenças ocupacionais e acidentes de trabalho que mais acometem os pescadores, onde foram realizadas perguntas relacionadas à saúde, doenças e acidentes que ocorrem a bordo, tais como: doença que o acometeu, quanto tempo e se houve afastamento da atividade, e se já foi vítima de pirataria, que acaba impactando diretamente a saúde física, por vezes, além do emocional do pescador.

Nas investigações acerca de acidentes sofridos, as perguntas foram: os tipos de acidentes, se precisou se afastar, durante o período de doença ou acidente, recebeu algum benefício ou amparo. E, para concluir o roteiro da entrevista, a pergunta foi relacionada a visão do pescador em relação a melhorias na atividade que podem proporcionar mais qualidade de vida e saúde deles (ANEXO 3).

2.3 ANÁLISE DOS DADOS

Para a apresentação dos resultados deste estudo, seguindo as diretrizes da resolução nº466, de 12 de dezembro 2012 do Ministério da Saúde (BRASIL, 2012).

Foram notadas nos resultados, também, a eficácia e utilização da NR 30 - Segurança e Saúde no Trabalho Aquaviário, onde trata sobre a pesca comercial e estabelece as condições mínimas de segurança e saúde no trabalho a bordo das embarcações de pesca comercial licenciadas, aplica-se a todos os pescadores profissionais e barcos de pesca de comprimento total igual ou superior a 12 m (doze metros) ou arqueação bruta igual ou superior a 10 (dez) e para as embarcações menores que 12 m ou arqueação bruta inferior a 10, onde, nesta atividade a norma é aplicada naquilo que couber (BRASIL, 2022).

Para as análises dos dados coletados, foi calculado a porcentagem com grau de escolaridade, faixa etária de idade e tempo de profissão dos pescadores entrevistados, e disponibilizados neste estudo, através da elaboração de tabelas e gráficos, sendo analisados com o auxílio do programa Software Excel 2010. Além disso, foram elaborados gráficos e tabela para apresentação dos dados referentes aos acidentes e doenças ocupacionais que mais acometem os pescadores do município onde este estudo foi realizado.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 PERFIL E CARACTERIZAÇÃO DOS PESCADORES QUE TRABALHAM EM EMBARCAÇÕES DO MUNICÍPIO DE VIGIA

A pesca é uma das principais atividades desenvolvidas no município de Vigia, e contribui significativamente para o volume de pescado capturado no estado do Pará. Desta forma, é importante salientar a empregabilidade que a atividade proporciona a diversos

pescadores, sejam eles do próprio município, sejam eles de outros municípios do estado, além de empregar pescadores de outros estados no Brasil.

Participaram, respondendo ao questionário durante as entrevistas de modo voluntário, para este estudo, um total de 50 pescadores. Todos os participantes informaram idades, juntamente com seu grau de escolaridade e tempo de profissão.

A maioria dos pescadores entrevistados possui baixa escolaridade, onde os que possuem acima de quarenta e cinco anos, justificam ser pela dificuldade de frequentar as escolas na época. Já os mais jovens, que não concluíram o ensino fundamental e nem o médio, justificam que viram na atividade da pesca uma forma de obter dinheiro de maneira mais rápida, deixando de estudar para trabalhar na pesca, já que muitos já possuem suas famílias para sustentar.

Do total dos entrevistados, 37 (74%) pescadores, estudaram apenas uma parte do ensino fundamental, não tendo concluído. Já outros 12% dos entrevistados, concluíram o ensino fundamental. Enquanto os demais, 8% informaram ter ensino médio incompleto, e somente 6% dos entrevistados, afirmaram ter concluído o ensino médio (Figura 3).

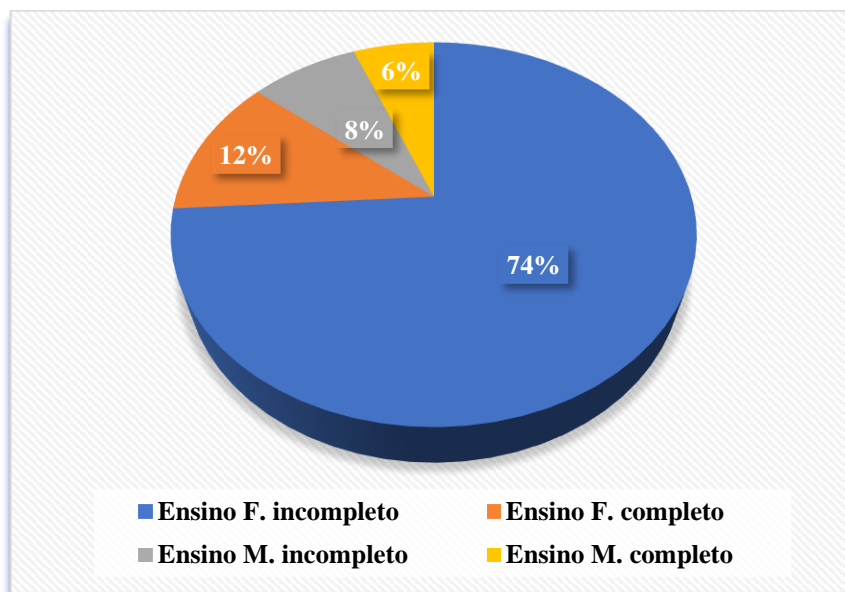


Figura 3. Porcentagem do grau de escolaridade dos entrevistados.

Essas informações corroboram com o trabalho de Conceição *et al.* (2021), que através de estudo conduzido no município de Curuçá-PA, obteve a porcentagem de 89,5% dos pescadores entrevistados, a confirmação de não ter concluído o ensino fundamental. E, tomando como base o perfil de escolaridade no Brasil, nota-se que esses trabalhadores, em um grande número, são profissionais que não concluíram o ensino fundamental (NOGUEIRA *et al.*, 2017).

Resultados semelhantes teve Pinheiro *et al.* (2020), onde observou que 73% dos pescadores têm o ensino fundamental incompleto, nos municípios de Cafezal e Magalhães

Barata. Já pescadores com ensino médio completo somaram 17%, e 3% informou ter cursado ensino médio incompleto, e da mesma forma que em Vigia de Nazaré, nenhum deles ingressou para o ensino superior.

Levando em consideração a empregabilidade na área, observa-se que os pescadores exercem a pesca a muitos longos anos e tem na atividade, em grande maioria, seu único sustendo e de seus familiares. Desta forma, é possível considerar que entre os entrevistados é muito comum ter pescadores com mais de 20 anos de profissão, e mais incomum encontrar quem tenha de 1 ano a menos na atividade (Figura 4).

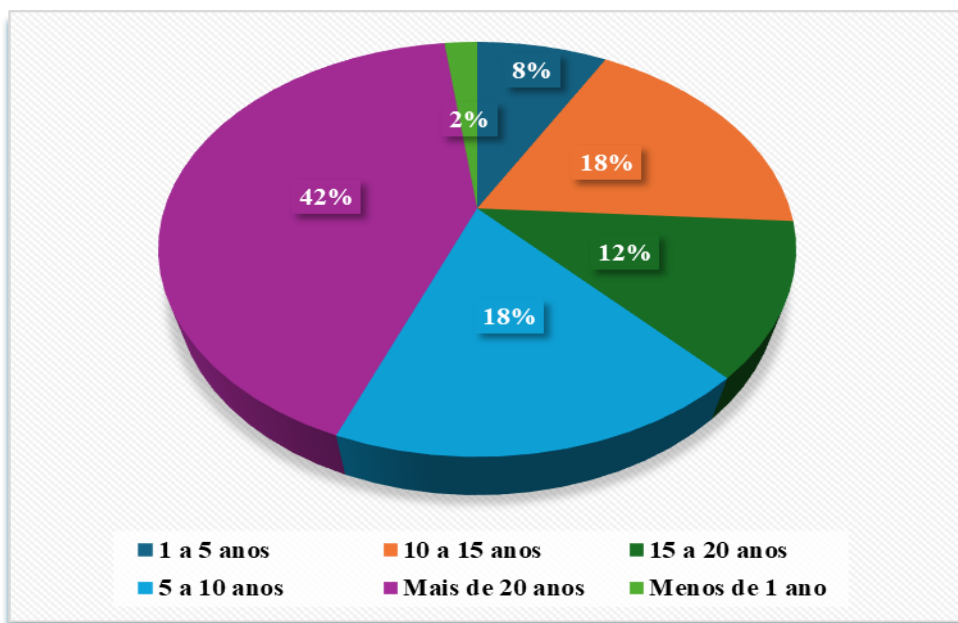


Figura 4. Porcentagem do tempo de trabalho na atividade pesqueira dos entrevistados.

A atividade pesqueira é uma profissão muito antiga, e mediante este estudo é possível afirmar que a grande massa de pescadores do município de Vigia, são trabalhadores que já exercem a ocupação há mais de 20 anos, indicando 42% dos entrevistados e que contam com profissionais com idades superiores a 36 anos, ou seja, são homens que iniciaram atividade na adolescência e permanecem até os dias atuais. E por meio dessa pesquisa, também foi possível conversar com profissionais que atuam há mais de 45 anos na profissão e tem uma idade mais avançada de até 64 anos.

Essas afirmações estão em conformidade com os dados coletados por Conceição *et al.* (2021), que indicaram 18% dos pescadores entrevistados possuem entre 21 e 30 anos de experiência na profissão, enquanto 39% afirmaram atuar na pesca há mais de 31 anos. Os autores destacam que a soma dos profissionais com mais de 20 anos na pesca, totaliza 57% dos entrevistados do município de Curuçá-PA.

Considerando o grande número de empregos gerados pela atividade no estado e, particularmente, no município deste estudo, é notável que pescadores com menos de um ano de atividade detêm apenas 2% dos entrevistados, e pescadores que tem de um a até cinco anos na atividade, representam 8% dos profissionais.

Dos entrevistados, apenas 10% têm carteira assinada, com todos seus direitos e benefícios, inclusive fazem exames periódicos pela empresa. No entanto, 90%, ou seja, a maioria não possui carteira assinada e nem RGP. Em termos de afiliação à colônia dos pescadores ou a cooperativas, somente 8% dos entrevistados estão associados e adimplentes, enquanto os demais entrevistados, alguns nunca se associaram e muitos são, mas estão e situação de inadimplência.

Os pescadores, quando saem para pescar, são divididos e exercem funções distintas dentro das embarcações, sendo eles encarregados, responsáveis pelas embarcações; geleiros; cozinheiros; e, atualmente, há uma nova função é a de “grudeiro”, que é o pescador responsável de manipular os grudes dos peixes, que são as bexigas natatórias que possuem alto valor no mercado. Os demais companheiros trabalham diretamente no convés, e são chamados por eles mesmos de “parceiros”.

Cada embarcação emprega de 4 a 10 pescadores, e esta quantidade varia a depender do tamanho das embarcações, sendo importante frisar que todos são do sexo masculino. Nota-se que na profissão, atuam desde os mais jovens com 16 anos por exemplo, até alguns poucos idosos com idade de até 64 anos (Figura 5).

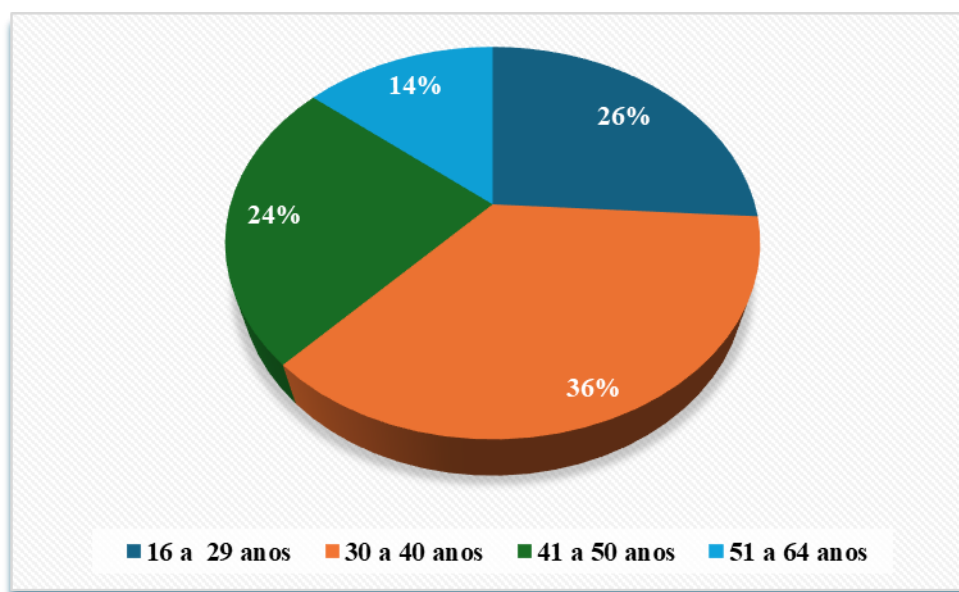


Figura 5. Porcentagem por faixa de idade dos pescadores

Observar-se que a maioria dos pescadores entrevistados, estão entre a faixa etária de idade de 30 a 40 anos, correspondendo a 36% do total. Posteriormente, com faixa de idade de

16 a 29 anos, representam 26% dos entrevistados, já os demais; possuem idade entre 41 e 50 anos e correspondem a uma porcentagem de 24% destes pescadores. E com idade superior aos 51 anos, estão os outros 26% desses profissionais.

Semelhante a este estudo, Rosa e Matos (2010) notaram que 70,1% dos pescadores que entrevistaram são homens com idade superior a 36 anos. Outrossim, Conceição *et al* (2021), identificaram 89% de seus entrevistados com idade superior a 31 anos, e todos de sexo masculino. Assim, embora seja evidente a presença de jovens na atividade pesqueira, estes apresentam uma participação menor. Esse cenário demonstra o desejo dos pais, que incentivam seus filhos a buscarem outras profissões ou, ao menos, a concluírem os estudos, visando melhores e maiores oportunidades de vida.

Estas afirmações corroboram com os estudos realizados de Pinheiro *et al* (2020), onde destacam que os pais, visam uma profissão diferente da deles para seus filhos, pois tem ciência dos riscos inerentes a atividade, frisando ter ambiente de trabalho com pouca segurança e cheio de insalubridade, além de proporcionar pouco retorno financeiro ao pescador.

3.2 CONDIÇÕES DE TRABALHO

A atividade da pesca é desenvolvida sobre condições precárias, principalmente nos que diz respeito a segurança e saúde dos pescadores. Os profissionais da área, têm percepção que sua atividade é perigosa, sendo a resposta de 98% dos entrevistados. Contudo, apesar de saber dos riscos e perigos, muitos deles não percebem ou passam despercebidos de quanto exercem uma atividade insalubre e que isso pode trazer agravos as suas vidas.

A interpretação dos pescadores de Vigia, é corroborada pelos estudos de Pinheiro *et al*. (2020), que questionou seus entrevistados sobre os riscos e danos à saúde associados à atividade pesqueira, obtendo 61% dos entrevistados respondendo não, e somente 39% responderam, sim, que exercem atividade insalubre que oferece riscos para eles. E tudo isso, diante de suas realidades, onde trabalham com objetos cortantes diariamente, em condições climáticas adversas, em ambiente muitas vezes com pouca iluminação e horas extensas de trabalho.

Consoante a NR 30 - Segurança e Saúde no Trabalho Aquaviário, que trata da pesca comercial e das condições mínimas de segurança e saúde a bordo, abrangendo tanto as embarcações quanto os pescadores, é notório que poucas embarcações são licenciadas para atividade, sendo que, neste estudo, foram registradas apenas duas, das oito embarcações visitadas, assim como a quantidade de profissionais que são registrados, segundo o que afirma os entrevistados.

Diante do que diz NR, na prática, não são atendidos os requisitos, nem os mínimos, como, por exemplo, os dormitórios, que não devem ter acesso direto aos locais de

armazenamento do pescado, assim como motor da embarcação. O que se nota, sobretudo nas embarcações menores, é que o motor fica no meio e nas laterais ficam os camarotes. e como não há uma fiscalização constante de órgãos como Marinha do Brasil, essas embarcações exercem atividade de modo sem garantir as condições mínima do que rege esta Norma Regulamentadora.

3.2.1 Disponibilização de Equipamentos de salvatagem nas embarcações

Equipamentos de salvatagem são itens obrigatórios, legalizado pela Diretoria dos Portos e Costas-DPC, seguindo exigências estabelecidas pela Norma da Autoridade Marítima-NORMAM 02/DPC. Salvatagem é um conjunto de procedimentos que são tomados visando salvaguardar a vida no mar, sendo os equipamentos obrigatórios como uma forma de evitar acidentes graves, e aqui de modo particular, na atividade pesqueira, pois trata-se de um trabalho exercido sob muitas adversidades, tendo riscos de naufrágios, incêndios, quedas no mar e entre outros (PINHEIRO *et al.*, 2020).

Ao investigar a disponibilização dos equipamentos de salvatagem nas embarcações de pesca artesanal e industrial em Vigia de Nazaré, os entrevistados relataram que alguns têm somente 1 item, como: kit de primeiros socorros e outras poucas têm mais de um ou dois dispositivos de segurança dentro da embarcação (Figura 6).

De acordo com os entrevistados, há apenas uma embarcação com botes salva vida, e 18% dos entrevistados afirmaram ter boias a bordo, enquanto 82% não tem disponível este equipamento no barco (Figura 7).

O colete é um equipamento indispensável de segurança e deveria estar presente em todas as embarcações. No entanto, conforme relatado pelos entrevistados, 74% asseguram não ter o dispositivo, situação que é preocupante e lamentável que atualmente exista embarcações que operam sem este item tão essencial à proteção destes pescadores.

A presença de coletes salva vidas (Figura 8) nas embarcações foi confirmada por 26% dos entrevistados. Nesses barcos, os equipamentos são geralmente armazenados no interior, no mesmo espaço onde estão os camarotes, os alimentos, o fogão e, em alguns casos, um sanitário, que, em todas as embarcações observadas, não são usados. Outro ponto importante de frisar é o armazenamento da água potável, que, nas embarcações maiores, é mantida próxima às saídas para o convés, situação que obstrui parcialmente a passagem, deixando apenas uma saída disponível.

Semelhantes aos relatos dos pescadores entrevistados em Vigia, há um estudo, que foi realizado por Pinheiro, *et al.*, (2020) em municípios distintos, onde 90% dos profissionais da pesca afirmaram não ter nenhum equipamento básico, como: colete, boias, material de primeiros socorros, extintor e outros, justificando não usar por não haver fiscalização de órgãos competentes, e outros por não achar relevantes. No entanto, segundo o autor, os 10% dos entrevistados que afirmaram possuir equipamento de proteção coletiva, declararam que 17% são coletes, 27% boias salva vidas, 10% possuem botes, 13% possuem extintores e 83% afirmam ter boa iluminação nas embarcações.

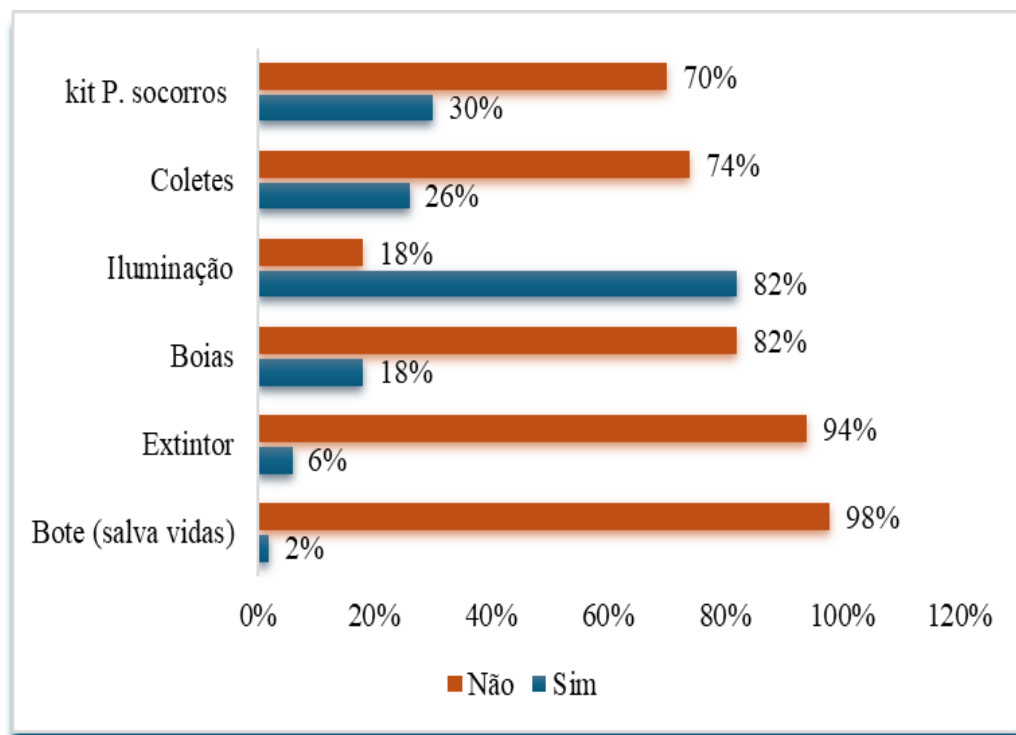


Figura 6. Porcentagem de equipamentos de salvatagem presente nas embarcações de acordo com os pescadores.



Figura 6-Bote e boias salva vidas na área superior da embarcação.

Fonte: acervo pessoal.



Figura 7. Coletes nas embarcações. Colete disponível embarcação 1 (A), coletes disponíveis embarcação 2 (B).

Fonte: acervo pessoal.

Os kits de primeiros socorros são compostos de itens essenciais como: gases, esparadrapo, tesouras sem ponta, soro fisiológico, dentre outros. Nessas embarcações é possível encontrar basicamente medicamentos, e, mesmo assim, não está presente em todas as embarcações, como foi possível constatar pelos relatos dos participantes deste estudo.

Somente 30% disseram ter o “kit de primeiros socorros” nas embarcações, enquanto 70% relataram não ter, motivo pelo qual os pescadores levam por conta própria, seus próprios kits, que são sobretudo, compostos por medicamentos.

Das embarcações, das quais os entrevistados informaram possuir extintor, não foi observado sinalização em relação aos mesmos e nem foi possível vê-los, sendo relatado pelo responsável da embarcação que o extintor seria fixado antes da saída para pescaria. De acordo com entrevistados, apenas 6% deles, afirmaram que as embarcações que pescam possuem extintor, enquanto os outros 94% informaram não ter conhecimento da presença do equipamento a bordo.

Outro item de suma importância, assim como os outros, é a iluminação das embarcações. De acordo com informações dos pescadores, este dispositivo está disponível com uma maior qualidade. Dos entrevistados, 82% disseram ter iluminação boa, enquanto apenas 18% afirmaram o contrário.

Infelizmente, os Equipamentos de salvatagem obrigatórios nas embarcações são negligenciados e, como não há uma fiscalização na atividade, a ausência dos itens é recorrente. Em um estudo realizado em Sepetiba, no Rio de Janeiro, os autores mostram uma realidade diferente do Pará. Dos entrevistados, 70% afirmaram que as embarcações em que trabalham possuem material de salvatagem, como boias e coletes, e que são equipamentos obrigatórios pela Capitania dos Portos (FREITAS e RODRIGUES, 2015).

3.2.2 Uso do Equipamento de Proteção Individual-EPI e disponibilidade dos itens aos pescadores entrevistados.

De acordo com a NR 6 - Equipamento de Proteção Individual-EPI, esta Norma Regulamentadora considera EPI todo dispositivo ou produto que é de uso individual usado pelo trabalhador, para fins de sua proteção em decorrência aos riscos ocupacionais que podem afetar sua saúde e segurança, sendo inerentes ao ambiente de trabalho (BRASIL, 2025).

Ao analisar a NR 6, e aplicando na atividade pesqueira tanto artesanal como industrial, foi possível constatar que uso de Equipamento de Proteção Individual pelos pescadores é um entrave. Entre os principais motivos, estão o não fornecimento por parte do empregador e a cultura do não uso, enraizada pelos trabalhadores. Como resultados, temos pescadores que não fazem questão de usar EPI's, nem mesmos os mais básicos como luvas e chapéu.

Esses profissionais habituaram-se a trabalhar sem esses equipamentos, sem compreender a relevância do uso para sua segurança, assim não percebiam o quanto estes EPI são fundamentais e o quanto os protegem contra os riscos ocupacionais que enfrentam diariamente. E em análises sobre os riscos ocupacionais presente na atividade pesqueira, em trabalho já realizados por outros autores, foi possível constatar que riscos como: físico, químico, biológico, ergonômico e mecânico são comuns à atividade, e afirma que se os Equipamentos de Proteção Individual fossem usados, os riscos a doenças e acidentes seriam amenizados no ambiente de trabalho (PINHEIRO *et al*, 2020).

Durante este estudo, houve poucos relatos de entrevistados que fazem uso de EPI, ficando, mas fechado aos geleiros que ficam sobre temperaturas muito baixas e desta forma usam macacão, botas e luvas, mas isso não ocorre em todas as embarcações, e segundo os entrevistados, varia muito de cada pescador, pois, como não há uma fiscalização a bordo, durante a pescaria, fica a critério de cada pescador fazer uso ou não desses equipamentos, quando fornecidos, onde de forma geral infelizmente não é uma exigência.

Os Equipamentos de Proteção Individual são itens necessários, que visam maior proteção, saúde e segurança de trabalhadores, e segundo dados coletados por Chagas *et al*, (2021), a quantidade de pescadores que afirmaram usar pelo menos um EPI, chegou a 75% dos seus entrevistados. Neste trabalho tivemos uma quantidade um pouco inferior, sendo um total de 66% os entrevistados que fazem uso dos dispositivos de segurança (Figura 9).

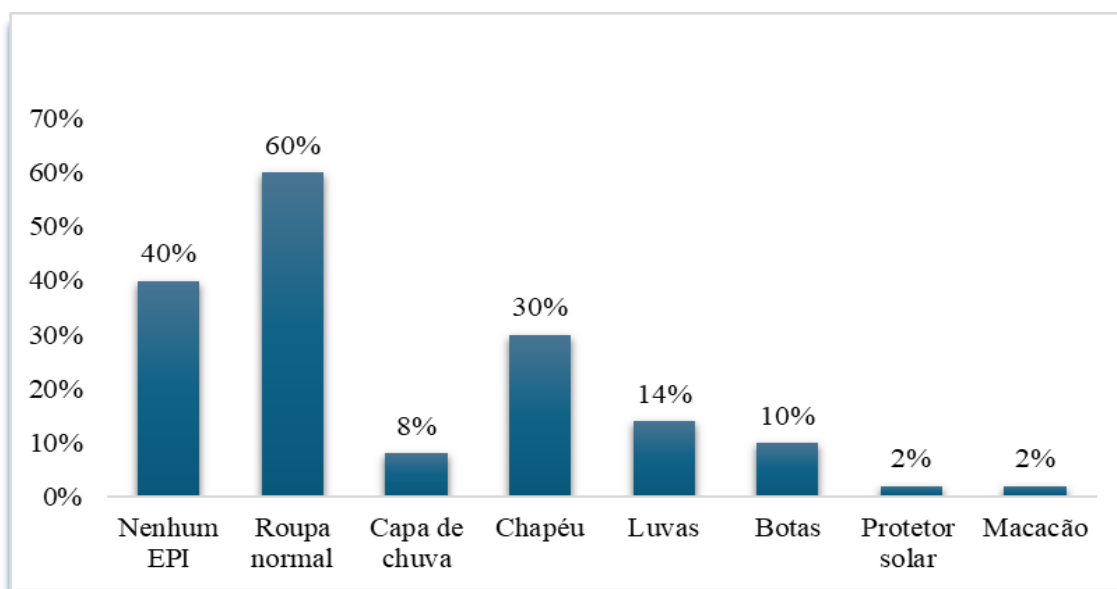


Figura 8. Porcentagem dos equipamentos de Proteção individual (EPI), citados pelos pescadores de Vigia.

No que diz respeito às roupas usadas, trinta pescadores informaram so usar suas roupas normais, 30% informaram fazer uso de chapéu, luvas 14% e botas 10%, de modo mais

específico são geleiros, porém nem todos. A utilização de capas de chuva é de apenas 8%, e de modo não surpreendente, 20 dos entrevistados que correspondente a 40%, afirmaram não usar nenhum tipo de EPI.

As quantidades de EPIs que os pescadores entrevistados relataram usar em Vigia, diferem do número de equipamentos mencionados em estudo realizado por Conceição *et al.* (2021), em outro município do nordeste do estado, bem como a quantidade de pescadores que não utilizam de nenhum tipo de Equipamento de Proteção Individual, que representaram um total de 3,5% dos entrevistados.

Já no quesito macacão e protetor solar, o número de usuários é menor, representa apenas 4% do total de participantes. Alguns fatores explicam o baixo número de usuários desses equipamentos, como a ausência de fornecimento do EPI, além da questão relacionada ao preconceito, de forma específica em relação ao uso do protetor solar, pois, apesar de relevante para os profissionais, a questão cultural ainda é dominante, como relatados pelos entrevistados.

Existem barreiras entre os pescadores, que, por questões de costumes, acabam colocando-os em algumas situações adversas, como a exposição às condições climáticas e longas jornadas de trabalho, o que acaba por culminar em acidentes e surgimento de problemas de saúde. Há relatos de que a dor nas costas é uma das principais queixas dos pescadores, e isso é indiferente a quantas horas trabalham (CONCEIÇÃO *et al.* 2021).

O óculo de proteção e o protetor auricular, de suma relevância, não foram mencionados em nenhum momento pelos entrevistados. Em outras palavras, nunca foram usados, sendo que além de proteger contra os raios ultravioletas, protegem também contra acidentes com algumas espécies de algas vivas, como relatado já ter ocorrido, principalmente no momento de içar as redes do mar. Em relação ao protetor auricular, são observados a bordo principalmente ruídos dos motores, que acaba afetando diretamente a audição desses profissionais.

3.3 DOENÇAS OCUPACIONAIS

Doenças ocupacionais são doenças relacionadas as condições de trabalho que o profissional está exposto rotineiramente. Na atividade pesqueira estas doenças ocorrem devido a extensa exposição à agentes físicos como: os ruídos dos motores, umidade e calor; agentes químicos como: fumos e queima de óleo diesel; agentes biológicos como: bactérias e animais marinhos perigosos; agentes ergonômicos, exemplos: posturas incorretas ou inadequadas e trabalho em turnos e noturnos com ritmos excessivos; e os agentes mecânicos, como: ferramentas manuais defeituosas, inadequadas ou inexistentes e armazenamento inadequado devido da natureza da atividade. (BRASIL, 2001, CHAGAS *et al.*, 2016, PINHEIRO *et al.* 2020).

Do total dos cinquenta entrevistados e no que diz respeito as doenças ocupacionais, quarenta e dois entrevistados responderam ter adquirido pelo menos uma doença, que relacionam ao exercício da atividade pesqueira. Esse número corresponde a 84% dos pescadores que participaram deste estudo, e somente 16% dos entrevistados, responderam não ter adquiridos nenhuma doença até os dias atuais, que possa ter relação com o trabalho (Figura 10).

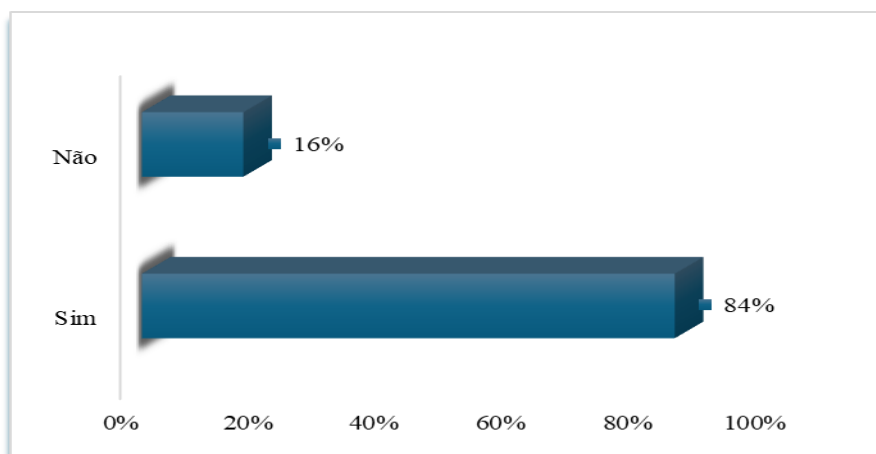


Figura 9. Porcentagem da presença de doenças ocupacionais.

Dos pescadores entrevistados, mais da metade relataram ter sofrido ou sofrerem com doenças ocupacionais. Dentre as mais mencionadas por estes trabalhadores, destacam-se as dores nos braços e dores nas costas (Tabela 1).

Tabela 1. Doenças ocupacionais relatadas pelos pescadores entrevistados do município de Vigia.

Doenças ocupacionais	Quantidade de relatos
Rim	1
Malária	1
Medo e nervosismo	2
Enjoou	2
Cansaço físico	4
Cansaço na vista	10
Dor de cabeça	15
Câimbras	16
Coceira na pele	20
Dores nas mãos	22
Dores nas costas	25
Dores nos braços	35

Rosa e Matos (2010), em estudo realizado na Baía do Guanabara, tiveram como as principais queixas de seus entrevistados, o desgaste físico, que para 31,3% dos pescadores é

uma de suas maiores preocupações, pois devido à frequência de vezes que lançam e içam a rede, acabam resultando em maior cansaço físico, doenças dos ossos e doenças na coluna.

No município de Vigia, os pescadores que participaram deste estudo relataram ter adquirido uma ou mais doenças que associam à atividade pesqueira. Dentre suas principais reclamações estão as dores nos braços, sendo relatado por trinta e cinco do total dos cinquenta pescadores entrevistados (Figura 11).

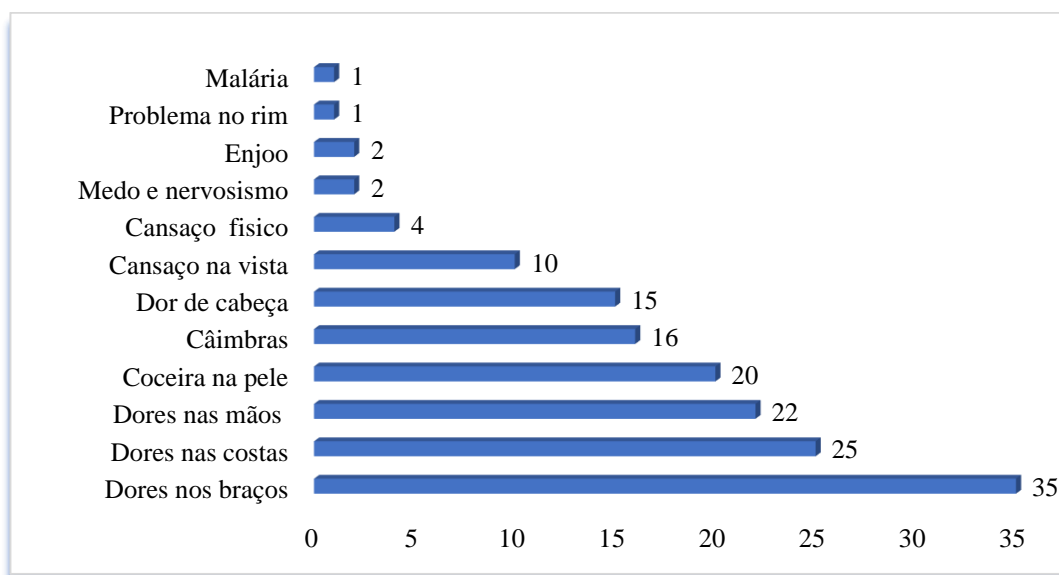


Figura 10. Doenças ocupacionais relatadas pelos entrevistados.

Posteriormente, para esses trabalhadores, vêm as queixas de dor nas costas, mencionadas por vinte e cinco dos entrevistados. Essa quantidade de relatos pode estar diretamente ligada às suas más posturas, local de descanso, local de alimentação, passadiço da embarcação e sobretudo, ao momento de arremessar e içar as redes do mar, pois, mesmo tendo a ajuda de uma máquina que fica localizada no convés na proa da embarcação, esses profissionais precisam e fazem um grande esforço, além da necessidade do cuidado redobrado neste momento.

As dores nas mãos são relatadas por vinte e dois entrevistados, e podem ser atribuídas à umidade, ao gelo e ao esforço que precisam realizar diariamente a bordo. Outros problemas relatados são a coceira na pele, que, segundo os pescadores, é causada pela água salgada que usam para o banho e que, algumas vezes, causa coceiras e até micoses nos seus corpos. Além disso, há também os tentáculos de água viva que, popularmente, eles chamam de “fio elétrico”. Estes, por sua vez, vêm presos nas redes e provocam coceiras, alergias e queimaduras que podem ocorrer em qualquer parte do corpo, onde as toxinas deste animal atingem.

Dentre os pescadores, alguns relataram ter câimbra durante as pescarias e muitos outros relataram ter dores de cabeça com certa frequência, citada por quinze dos entrevistados. Já em relação ao cansaço na vista, foi uma queixa citada por dez dos entrevistados, e eles afirmam ser devido ao sol, à chuva e, sobretudo, ao vento e à água salgada, fatores que esses trabalhadores estão diretamente expostos em alto mar.

O cansaço físico é citado como uma das doenças ocupacionais que os acometem, mas, em menor escala, sendo afirmado por apenas quatro dos entrevistados, pois, contam na maioria das embarcações observadas, com ajuda de uma máquina (Figura 12) que é composta por guia e tambor, onde a rede é puxada pelo guia, passa pelo tambor e os pescadores a recolhem para o interior da embarcação, este equipamento tem sido de grande utilidade, o que contribui para um menor tempo de retirada das redes, assim como um esforço físico menor do pescador, mas sempre lembrando que a atenção e o cuidado devem ser redobrados, e isso é independente do método usado para lançar e levantar o apetrecho da água.



Figura 11. Máquina usada para içar a rede do mar. Embarcação 1 (A), embarcação 2 (B).

Fonte: acervo pessoal.

Algumas doenças ocupacionais foram mencionadas pelos pescadores, mas em menor número. Entre elas, medo e nervosismo, relatados por dois entrevistados, além de enjoo, também informado por dois pescadores, que tiveram essa experiência no início da profissão. Houve ainda entre os entrevistados um único relato de problema renal ocorrido a bordo e um caso de malária. Segundo os pescadores, esta última é menos comum entre os que trabalham em alto mar.

Conforme o estudo "Doenças ocupacionais em trabalhadores da pesca", dos autores Rios, Rego e Pena (2011), os fatores que mais contribuem para a ocorrência de doenças ocupacionais no setor pesqueiro estão relacionados ao ambiente de trabalho, como o frio, o calor, a umidade, os ventos, a radiação solar, as vibrações e os ruídos. Além disso, há fatores comportamentais, como o fumo, o consumo excessivo de bebidas alcoólicas e o uso de drogas,

além de fatores socioeconômicos, tais como: as jornadas de trabalho prolongadas e as condições socioeconômicas.

3.4 ACIDENTES DE TRABALHO

No Brasil, acidentes de trabalho conta com uma definição dada pela Lei nº 8.213/1991, que trata sobre os Benefícios da Previdência Social. De acordo com o artigo 19 da Lei em questão, se esclarece que acidente de trabalho é toda ocorrência que decorre no ambiente de trabalho, ou seja, durante o exercício da função do trabalhador, causando lesão corporal, confusão funcional, doença ou acidente que proceda morte, perda de redução de capacidade para o trabalho, podendo ser temporária ou permanente (BRASIL, 1991).

Os pescadores, em geral, são negligenciados pelos órgãos competentes, tendo seus ambientes de trabalho insalubres, cercados por riscos de acidentes, como afogamentos, ferroadas de peixes, problemas de pele devido à exposição prolongada ao sol, entre outros riscos proporcionados pela ausência ou precariedade no uso do Equipamento de Proteção Individual-EPI (NOGUEIRA *et al*, 2017; ROSENEWICZ, LIPPI, 2012).

Os participantes deste estudo foram questionados sobre o tema acidentes de trabalho, e os resultados foram 72% dos entrevistados afirmaram ter sofrido algum tipo de acidente durante a jornada de trabalho, enquanto os que nunca sofreram nenhum tipo de acidente representam 28% (Figura 13). Mas, mesmo os que não sofreram acidentes, afirmaram já ter presenciado e/ou conhecido quem sofre, e inclusive alguns relataram ocorrência de óbitos, posteriormente aos acidentes.

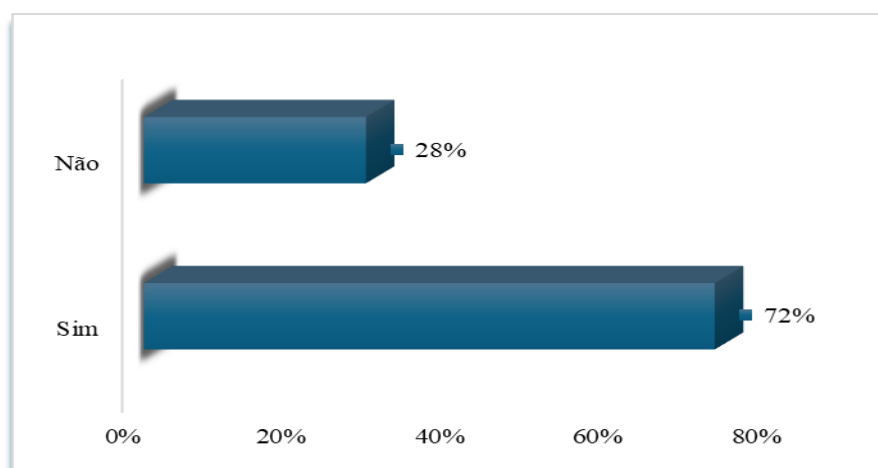


Figura 12. Porcentagem de confirmação de acidentes com os pescadores.

De acordo com Freitas e Gomes (2015), os riscos inerentes a atividade pesqueira, fazem com se tenha maiores possibilidades de ocorrência de acidentes, assim como doenças

ocupacionais, sendo diretamente relacionadas a grande carga horária de trabalho exercida por esses pescadores, e considerando a atividade, os autores sustentam que os principais acidentes informados durante o estudo por eles realizados foram perfurações, cortes e lesões ocasionadas por esforços repetitivos.

Conceição *et al.* (2021), realizaram um estudo com pescadores do sexo masculino, que atuam na pesca artesanal, no qual 64,3% dos entrevistados relataram já ter sofrido acidente. Sendo os mais relatados queimaduras nos motores dos barcos, ferroadas com animais e diversos tipos cortes. Em relação à quantidade de acidentes de trabalho relatados pelos pescadores do município de Vigia, a Tabela 2 apresenta, a quantidade e os principais tipos de acidentes informados durante este estudo. A pesquisa foi realizada exclusivamente com pescadores do sexo masculino, abrangendo tanto, profissionais da pesca artesanal quanto da pesca industrial.

Tabela 2. Acidentes relatados pelos pescadores em Vigia.

Acidentes	Quantidade relatos
Ferroada de animais	25
Cortes	23
Queda no Mar	5
Queda no convés	4
Queimaduras	1
Fraturas	1

Os acidentes envolvendo ferroadas de animais são os mais frequentes, totalizando vinte cinco confirmações, ou seja, durante a manipulação do pescado, também é maior as ocorrências desse tipo de acidente, pois, sem uso de nenhum EPI, estes profissionais ficam totalmente expostos.

Outro acidente que comumente ocorre entre os pescadores desse município são os cortes, causados pelas ferramentas utilizadas diariamente, sendo mencionados por vinte três dos entrevistados. Além disso, outro acidente que ocorre é a queda ao mar, com menos relatos, sendo mencionada por cinco pescadores. Segundo eles, esse tipo de acidente acaba sendo provocado pelo intenso balanço das embarcações em alto-mar.

As quedas no convés, tem um menor número de ocorrências, sendo mencionados por somente quatro entrevistados. Os principais motivos desses acidentes estão relacionados ao piso de madeira, que é permanentemente úmido durante a pescaria, se tornado escorregadio, desta forma, atenção é um ator importantíssimo, pois qualquer descuido pode vir a resultar em

acidentes leves, até os mais graves. As queimaduras foram relatadas por somente um entrevistado, assim como as fraturas, que também tiveram um único relato (Figura 14).

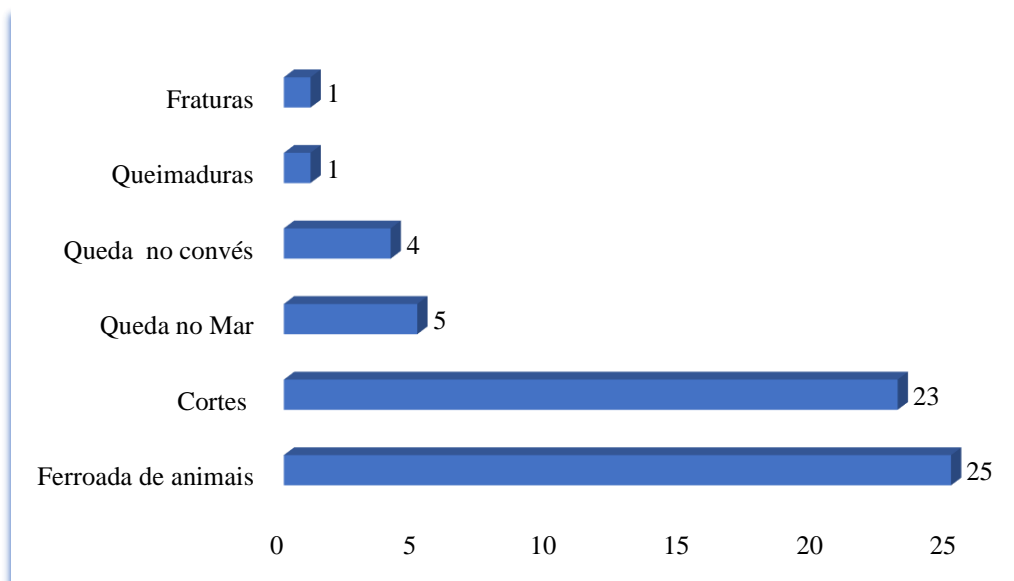


Figura 13. Quantidade de acidentes relatos pelos pescadores.

Esses acidentes, infelizmente na maioria das vezes, são considerados sem importância pelos acidentados, assim eles não procuram o Sistema Único de Saúde-SUS, desta forma, não são registrados. Ou seja, se procurarmos em postos e hospitais, dados a respeito de doenças ocupacionais e acidentes de trabalho na atividade pesqueira, não se encontram, são difíceis de achar, pois são negligenciados tanto por parte do pescador, que por vezes acha que algo banal e procurar atendimento especializado é perder tempo, assim como pelo empregador, e órgãos competentes. E, como observado através deste estudo, mais da metade, quase sua totalidade, não trabalha com carteira assinada, ficando desamparados em casos de doenças ocupacionais e acidentes do trabalho.

Na atividade pesqueira existe um outro fator que pode propiciar acidentes a bordo, estes fatores estão voltados para o uso de álcool e principalmente drogas. Essas substâncias infelizmente se fazem muito presente na atividade, não sendo citada no momento da entrevista de modo amplo, pois trata-se de um assunto delicado, mas que é observado e confirmados por alguns dos entrevistados.

No município deste estudo é comum, alguns profissionais que exercem a profissão, somente para sustentar seus vícios, desta forma, ao retornarem para terra, estes já não possuem lucro nenhum. De acordo com Rios, Rego e Pena (2011), em relação ao fumo, os autores supõem que o alto índice de fumantes seja devido ao intenso período de trabalho, onde acabam fazendo uso de drogas com intuito de relaxar e amenizar suas frustrações na pescaria.

Um estudo semelhante a este foi realizado por Pinheiro *et al.* (2020), mas com resultados discordantes deste realizado com pescadores de Vigia, pois 62% dos entrevistados em Magalhães Barata, afirmaram nunca ter sofrido acidente de trabalho, e apenas 38% relataram já ter passado por algum acidente durante suas jornadas de trabalho. Esta afirmação pode estar relacionada a questões que, para muitos pescadores, cortes, perfurações e ferroadas com pescado não são vistos como acidentes, ou seja, não são levados em conta (FREITAS e RODRIGUES, 2015).

4. LIMITAÇÕES DO ESTUDO

Para o desenvolvimento deste trabalho, foi necessário estabelecer uma relação de confiança com os entrevistados, pois só desta forma se consegue obter informações precisas e verdadeiras. Os pescadores são acessíveis, mas alguns sentem-se receosos em fornecer algumas informações, acreditando que serão prejudicados no trabalho, dependendo das suas respostas ao pesquisador.

Porém, a partir do momento em que se estabelece esta relação entre ambos, é possível ver que as respostas mudam e que a realidade que se observa na atividade é confirmada por esses profissionais, como pude presenciar na elaboração desta pesquisa. Alguns temas, como uso e presença de drogas dentro das embarcações, são mais delicados e difíceis de abordar, sendo essas informações afirmadas por pessoas que possuem extrema confiança no entrevistador e vice-versa.

Executar as coletas nas embarcações nem sempre é fácil, pois, como não há escada de acesso seguro para esses barcos, só é possível entrar atravessando por pedaços de tábuas improvisados ou por pedaços de cordas que também são usados para atracar as embarcações. Estas foram algumas das situações que vivenciei nas coletas realizadas.

5. CONCLUSÕES

A pesca é uma atividade desenvolvida no município de Vigia há muitos anos, principalmente por pescadores artesanais, embora estejam presentes pescadores industriais, estes estão em menor número. Esses profissionais, em sua grande maioria, têm baixa escolaridade e começam a trabalhar ainda adolescentes. Todos os participantes deste estudo usam como apetrecho a rede de emalhe, capturam peixes diversos e cada pescaria dura de 15 a 30 dias, em embarcações que variam de tamanhos entre médio a grande porte.

A disponibilidade de equipamentos de salvatagem e Equipamentos de Proteção individual-EPI nas embarcações é uma questão delicada, pois muitos desses itens não estão disponíveis a bordo e, mesmo quando disponíveis, a maioria dos pescadores optam por não os

utilizar. Apesar de ter consciência da relevância desses equipamentos para a sua segurança, a ausência de fiscalização por parte dos órgãos competentes, faz com que tanto os pescadores quanto os proprietários das embarcações negligenciem seus usos.

No roteiro da entrevista realizada, havia uma pergunta que buscava entender, o que segundo a visão dos entrevistados, poderia ser feito ou melhorado para proporcionar mais qualidade no trabalho e conseqüentemente, mas saúde. Dentre as respostas, chamou atenção a posição deles em relação a necessidade de fiscalizações, que segundo esses pescadores não são realizadas.

Os pescadores acreditam que, com uma fiscalização mais rigorosa e embarcações devidamente regularizadas, se sentiriam mais valorizados e protegidos. Além disso, muitos têm consciência de que operam embarcações, com pouca tecnologia, sem nenhum conforto nos camarotes, sem higiene, ausência de sanitários e os banhos são feitos diretamente no convés, as refeições são realizadas tanto na parte interna, como convés da embarcação, não tendo local específico, além de não ter equipamentos obrigatórios de salvatagem e Equipamento de Proteção Individual.

No tocante às doenças ocupacionais, é possível concluir que elas estão presentes na pesca e na vida do pescador, muitos nem se dão conta. E, infelizmente, muitos casos não são notificados aos órgãos de saúde pública e, em alguns casos, os pescadores se automedicam e não chegam a ir em um posto de saúde para realizar exames simples, nem tomar vacinas. Além disso, muitos adoecem e permanecem embarcados até o final da pescaria, sem consultas. Ou seja, os órgãos de saúde são subnotificados e acabam não tendo conhecimento da realidade na atividade pesqueira.

Os acidentes de trabalho são uma ocorrência frequente, não somente durante a pescaria, mas também quando as embarcações estão atracadas no cais, como foi observado in loco. O que se nota também é que muitos dos entrevistados, já estão habituados a esse cenário, que muitos nem ser quer percebem que foram vítimas de acidentes, o que contribuem para a subnotificação dos casos, que deveriam ser registrados e repassados aos órgãos competentes.

É perceptível que a ausência e disponibilização de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e de salvatagem, contribuem para o aumentando significativo da quantidade de acidentes, e com a utilização e disponibilidade desses itens para os pescadores, haveria uma diminuição significativa e até mesmo muitos desses acidentes poderiam ser evitados. Entre os acidentes mais citados pelos profissionais da área estudada estão as ferroadas e cortes provocados pelas ferramentas utilizadas no trabalho.

Dessa forma, é relevante que se olhe com mais cuidado para esses profissionais, que, às vezes, se sentem esquecidos, como relataram. E por tanto, é necessário implementar campanhas

que esclareça aos pescadores sobre o que é um acidente, o que é uma doença ocupacional e se façam palestras sobre a importância e os benefícios do uso de Equipamentos de Proteção Individual e de salvatagem, a importância de consultas periódicas e a importância de relatar doenças e acidentes ocorridos na atividade.

Sendo assim, é crucial que os grandes empresários do ramo estejam cientes da importância da mão de obra humana e, dessa forma, invistam um pouco em melhorias das condições das embarcações, como camarotes, sanitários, locais de alimentação, itens de segurança e outros.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARTHEM, R. B.; FABRÉ, N. N. A Biologia E Diversidade Dos Recursos Pesqueiros Da Amazônia. In: RUFFINO, M. L. (Ed.). A Pesca E Os Recursos Pesqueiros Na Amazônia Brasileira. Manaus: IBAMA/Pró-Várzea, 2004. p. 11-55.

BRASIL (1991). LEI Nº 8.213, DE 24 DE JULHO DE 1991. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União. Publicado 11.4.1996 e republicado em 14.8.1998.

BRASIL (2009). Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009. Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca. Brasília: Diário Oficial da União. Data 30 / 06 / 2009 página: 01-03. BRASIL. Lei. nº 8.213, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8213compilado.htm>. Acesso em: 07 de março de 2025.

BRASIL (2012), RESOLUÇÃO Nº 466, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2012. Ministério da Saúde: Conselho Nacional de Saúde. Brasília: Diário oficial da união. Disponível: >https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_201..Acesso em: 12/08/2024, 17:49.

BRASIL (2017). Decreto nº 9.013 de 29 de março de 2017. REGULAMENTA A LEI Nº 1.283, DE 18 DE DEZEMBRO DE 1950, E A LEI Nº 7.889, DE 23 DE NOVEMBRO DE 1989 que dispõem sobre a inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal. Ministério Da Agricultura, Pecuária E Abastecimento – Mapa. Brasília: Diário Oficial da União, data 30 de março de 2017. Disponível: <https://www.gov.br/agricultura/pt->

[br/assuntos/mpa/legislacao/legislacao-geral-da-pesca/decreto-no-9-013-de-29-03-2017.pdf/view](https://www.gov.br/assuntos/mpa/legislacao/legislacao-geral-da-pesca/decreto-no-9-013-de-29-03-2017.pdf/view). Acesso em: 15/08/2024.

BRASIL (2023). Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), Painel Unificado do Registro Geral da Atividade Pesqueira — Ministério da Pesca e Aquicultura- Publicado em 21/12/2023 17h59 Atualizado em 21/12/2023 18h44; Disponível: <https://www.gov.br/mpa/pt-br/assuntos/cadastro-registro-e-monitoramento/painel-unificado-do-registro-geral-da-atividade-pesqueira>; acesso: 05/07/2024.

BRASIL (2025). NR6 – EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL-EPI. Ministério do Trabalho e Emprego – MTE. Brasília: Diário Oficial da União.2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Doenças relacionadas ao trabalho: manual de procedimentos para os serviços de saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2001.

BRITO, C. S. F.; JÚNIOR, I. F.; TAVARES, M. C. S. Estatísticas Das Produções De Pescado Estuarino E Marítimo Do Estado Do Pará E Políticas Pesqueiras. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciências Humanas, Belém, v. 1, n. 2, p. 95-111, maio-ago. 2006.

CAVALCANTE, A. S.; SALES, A. D.; e BARBOSA, R. S. L., Aspectos Socioeconômicos, Organizacionais E Saúde De Pescadores Artesanais Em Duas Comunidades Do Litoral Amazônico Brasileiro. Publicado no livro: Engenharia de Pesca: aspectos teóricos e práticos - Volume 3. Publicado em fevereiro de 2022. 55-72 p.

CHAGAS, R. A.; BARROS, M. R. F.; SANTOS, W. C. R.; e et al., Acidentes De Trabalho E Doenças Ocupacionais Em Pescadores Artesanais Do Município De São João De Pirabas, Nordeste Paraense. 2016. <https://www.revistaea.org/pf.php?idartigo=2341>. Acesso Em >11/02/2025, 10:58.

CONCEIÇÃO, I. A. A.; MARTINS, C. M.; ARAÚJO, J. G. A.; REBELLO, F. K.; e SANTOS, M. A. S. A Pesca Artesanal E Os Agravos À Saúde Do Pescador No Município De Curuçá, Estado Do Pará, Brasil. Revista Sustinere, Rio de Janeiro, v.9, suplemento1, p.103-117, março,2021. Disponível: <http://dx.doi.org/10.12957/sustinere.2021.49276>.

DIAS, E. C.; et al., DOENÇAS RELACIONADAS AO TRABALHO. Manual de Procedimentos para os Serviços de Saúde Ministério da Saúde do Brasil Organização Pan-Americana da Saúde/Brasil– Brasília: Ministério da Saúde do Brasil, 2001.

FOE, F. O.; SCHMIDT, A. P. A pesca no Brasil: importância econômica e desafios socioambientais. *Revista Estudos Avançados*, São Paulo, v. 30, n. 86, p. 221–243, 2016.

FREITAS, M. B.; RODRIGUES, S. C. A.; Determinantes Sociais Da Saúde No Processo De Trabalho Da Pesca Artesanal Na Baía De Sepetiba. *Estado do Rio de Janeiro*1. Pesquisa realizada com apoio da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro. *Saúde Soc. São Paulo*, v.24, n.3, p.753-764, 2015.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. <https://www.ibge.gov.br/busca.html?searchword=Munic%C3%ADpios+abrangidos+pela+fai+xa+terrestre+da+zona+costeira+.2022>. Acesso em 21-/07/2024.

IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE | Cidades@ | Pará | Vigia | Panorama. 2024. Censo 2022. Disponível: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/vigia/panorama>. Acesso em 04/07/2024.

INDE - Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais. O Portal Brasileiro de Dados Geoespaciais - SIG Brasil: Disponível ><https://inde.gov.br/VisualizadorMapas>. Acesso: 27/07.

MOURÃO, K. R. M; PINHEIRO, L. A.; e LUCENA, F.; Organização Social E Aspectos Técnicos Da Atividade Pesqueira No Município De Vigia - Pa. *Boletim Do Laboratório De Hidrobiologia*, 20:39-52. 2007

NOGUEIRA, L. S. M.; SOUZA, D. M., e BRÍGIDA, A. M. B. S., Segurança E Saúde Dos Pescadores Artesanais No Estado Do Pará – São Paulo: Fundacentro, 2017. 87 p. Disponível também em: www.fundacentro.gov.br.

PENA, P. G. L.; GOMEZ, C. M.; GOMES, T. M. D.; et al. Cartilha: A saúde das pescadoras artesanais: atividades de pesca: mariscagem e pesca em mar aberto | Brasília; Ministério da Saúde; 2018. 30 p.

PINHEIRO, K. A. O.; CARNEIRO, F. S.; MOURA, A. L.; e et al., Segurança Do Trabalho Na Pesca Artesanal Da Região Do Salgado Paraense – Ponta Grossa, PR; editora: Atena, 2020.

RIOS, A. O.; REGO, R. C. F.; PENNA, P. G. L. Doenças Em Trabalhadores da Pesca. *Revista Baiana de Saúde Pública*. v.35, n.1, p.175-188. jan./mar. 2011.

ROSA, M.F. M.; MATTOS, U. A. O.; A SAÚDE E OS RISCOS DOS PESCADORES E CATADORES DE CARANGUEJO DA BAÍA DE GUANABARA. *Cien Saúd Colet*

[periódico na internet] (2008/Mar). [Citado em 22/07/2024]. Está disponível em: <http://cienciaesaudecoletiva.com.br/artigos/a-saude-e-os-riscos-dos-pescadores-e-catadores-de-caranguejo-da-baia-de-guanabara/1798?id=1798>.

ROSENEWICZ; I.; LIPPI; U. G.; Acesso aos Serviços de Saúde, Condições de Saúde e Exposição aos Fatores de Risco: percepção dos pescadores ribeirinhos do Rio Machado de Ji-Paraná, RO. Saúde Soc. São Paulo, v.21, n.1, p.219-231, 2012.

SANTOS, G. M.; SANTOS, A. C. M. Estudos Avançados Dossiê Amazônia Brasileira II • Estud. av. 19 (54) • Agosto 2005 • <https://doi.org/10.1590/S0103-40142005000200010> .Sustentabilidade da pesca na Amazônia. <https://www.scielo.br/j/ea/a/Ng4SsFTVqL6WwfHkJ4pGmwp/#>. Acesso em 22/07/2024.

SILVA, J. C. História da pesca: das origens à contemporaneidade. São Paulo: Editora Marinha Azul; 2010.

ANEXO 01. Roteiro com as perguntas realizada no município de estudo.

Dados do entrevistado	
Condições relacionadas ao trabalho	
1. Faz uso de EPI? (Equipamento de Proteção Individual) <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	2. A embarcação possui Equipamento de Proteção Coletiva? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Sim, quais?	Sim, quais?
Não, por quê?	
3. Quais os apetrechos que são utilizados? (os mesmos estão em boas condições de uso)	
4. Onde faz as refeições, dorme, sanitário, banho?	
5. No ambiente de trabalho, achas que tem algo que prejudica a sua saúde? (exemplos)	
6. O senhor acha seu trabalho perigoso? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	7. Trabalha de carteira assinada? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
8. Como é o convívio com os companheiros de trabalho?	9. Já recebeu benefício como seguro defeso alguma vez? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
10. Durante a folga, o que gosta de fazer ou costuma fazer?	

Saúde/ doença/acidentes	
1. Já precisou ficar afastado do trabalho por doença ou por ter se acidentado no exercício da atividade? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	
2. Caso responda sim, o motivo foi? <input type="checkbox"/> Acidente <input type="checkbox"/> Doença	3. Por quanto tempo?
4. Em caso de ter sofrido acidente, qual ou quais foram? <input type="checkbox"/> Queimaduras <input type="checkbox"/> Queda no mar <input type="checkbox"/> Amputações <input type="checkbox"/> Hipotermia <input type="checkbox"/> Afogamento <input type="checkbox"/> Fraturas <input type="checkbox"/> Cortes <input type="checkbox"/> intoxicação <input type="checkbox"/> Insolação <input type="checkbox"/> Queda no convés <input type="checkbox"/> Perfurações <input type="checkbox"/> Infecção intestinal <input type="checkbox"/> Ferroadas com animais <input type="checkbox"/> outros, qual?	
5. Durante o período de afastamento, recebeu algum tipo de benefício? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	
6. Quando precisa se afastar do trabalho, como se sustenta?	7. Já foi vítima de pirataria? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
8. Caso seja afirmativo, relate como ocorreu.	
9. Conhece alguém na sua profissão, que já tenha ficado afastado por doença ou por ter se acidentado no trabalho? Caso afirmativo, conte como foi.	
10. Já sentiu algum mal-estar (sintoma) que associa ao trabalho? Exemplos: <input type="checkbox"/> Cansaço na vista <input type="checkbox"/> Dores nas costas <input type="checkbox"/> Dores nas pernas <input type="checkbox"/> Dores no pescoço e ombros <input type="checkbox"/> Dor de cabeça <input type="checkbox"/> Dores nos braços <input type="checkbox"/> Dores nas mãos <input type="checkbox"/> Câimbras <input type="checkbox"/> Coceira na pele <input type="checkbox"/> Enjoou <input type="checkbox"/> Medo e nervosismo <input type="checkbox"/> Desidratação	
11. Quando sofreu acidente ou ficou doente durante o trabalho, precisou voltar para terra? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	12. Se afirmativo, como foi a volta? <input type="checkbox"/> Embarcação voltou <input type="checkbox"/> Ou veio de passagem
13. O que senhor acha que poderia melhorar no seu trabalho que pudesse lhe garantir mais qualidade de trabalho e saúde?	

ANEXO 02. Termo de autorização de uso de imagem e voz.**Termo de Autorização Uso de Imagem e Voz**

Termo de autorização para divulgação de material audiovisual relacionado ao Trabalho de Conclusão de Curso.

Nome completo: _____

CPF: _____ E-mail: _____

Instituição: _____

TERMO DE AUTORIZAÇÃO:

Autorizo, para todos os fins em direito admitidos, a utilização da minha imagem e voz constantes em fotos, gravações e filmagens decorrentes da minha participação no trabalho acima especificado, assim como autorizo a divulgação de minhas imagens (fotografias e em vídeo), sendo que a referência ao meu nome, que constitui um direito moral, deverá ser respeitada sempre.

A imagem e voz poderão ser exibidas nos relatórios parcial e final do referido trabalho, em apresentações audiovisuais do mesmo, em publicações e divulgações disponibilizadas em acesso aberto, por meio do site, dos perfis em redes sociais do referido trabalho, bem como de outros sistemas de disseminação da informação e do conhecimento.

A autorização neste termo especificada é gratuita e por prazo indeterminado. Por ser esta a expressão de minha vontade, nada terei a reclamar a título de direitos conexos à minha imagem e voz.

Local: _____ **Data:** ____/____/____

Assinatura

ANEXO 03. Termo de consentimento livre e esclarecido.

Título do Estudo/Projeto: **SAÚDE E SEGURANÇA, A BORDO, DOS PESCADORES DO MUNICÍPIO DE VIGIA, NORDESTE DO PARÁ.**

Pesquisadora Responsável: Valéria Sousa Borges Soares

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O (A) Senhor (a) está sendo convidado (a) a participar de uma pesquisa. Por favor, leia este documento com bastante atenção antes de assiná-lo. Caso haja alguma palavra ou frase que o (a) senhor (a) não consiga entender, converse com a pesquisadora responsável pelo estudo ou com um membro da equipe desta pesquisa para que qualquer dúvida possa ser esclarecida.

A proposta deste termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) é explicar tudo sobre o estudo e solicitar a sua permissão para participar do mesmo.

Se o(a) Sr.(a) aceitar participar da pesquisa, os procedimentos envolvidos em sua participação são os seguintes: Entrevista com o participante, onde serão realizadas perguntas relacionadas ao tema, que serão respondidas e gravadas com gravador de voz/celular e fotos serão feitas para comprovação do procedimento. A entrevista será realizada pela integrante do Trabalho de Conclusão de Curso e terá a duração definida de acordo com as respostas do entrevistado.

Sua participação na pesquisa é totalmente voluntária, ou seja, não é obrigatória. Caso o(a) Sr.(a) decida não participar, ou ainda, desistir de participar e retirar seu consentimento durante a pesquisa, não haverá nenhum prejuízo à pesquisa. Não está previsto nenhum tipo de pagamento pela sua participação na pesquisa.

Solicitamos também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos de áreas específicas e publicar em revistas científicas nacionais e/ou internacionais. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo absoluto, bem como em todas as fases da pesquisa.

É assegurada a assistência durante toda pesquisa, bem como é garantido ao Sr.(a), o livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, enfim, tudo o que o(a) Sr.(a) queira saber antes, durante e depois da sua participação.

Caso o(a) Sr.(a) tenha dúvidas, poderá entrar em contato com o pesquisador responsável Carlos Fonteles Holanda, pelo telefone (91) 98196-0853 endereço Rua Leandro Ribeiro, s/n, bairro Aldeia, Bragança, Pará e/ou pelo e-mail: fcholanda@ufpa.br.

Esse Termo é assinado em duas vias, sendo uma do(a) Sr.(a) e a outra para os pesquisadores. (Lembrar que as assinaturas devem constar em uma única página).

Declaração de Consentimento

Concordo em participar do estudo intitulado: SAÚDE E SEGURANÇA, A BORDO, DOS PESCADORES DO MUNICÍPIO DE VIGIA, NORDESTE DO PARÁ.

Eu, declaro cumprir as exigências contidas nos itens IV.3 e IV.4, da Resolução nº 466/2012 MS.

Data: ____/____/____

Nome do Participante ou Responsável

Assinatura do Participante ou Responsável

Assinatura e Carimbo do Pesquisador